

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

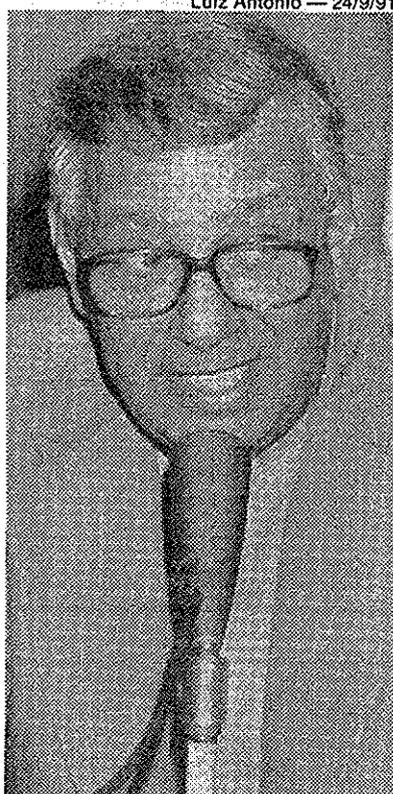
Fonte: Journal do Brasil Class.: CIMI 728

Data: 04/03/94 Pg.: _____

Corte de verba paralisa demarcações

BRASÍLIA — Irritado com o corte de US\$ 37,5 milhões para a demarcação de terras indígenas neste ano, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Aparecido José Dias, acusou ontem o governo Itamar Franco de estar preocupado em atender grupos econômicos e políticos interessados na livre exploração dos recursos naturais nas áreas indígenas. "O atual governo paralisou todas as demarcações de terras. A verba destinada não permite que as demarcações aconteçam", reclamou D. Aparecido.

Dos US\$ 39,3 milhões solicitados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), o governo federal concedeu apenas US\$ 1,8 milhão, o equivalente a 5% do requisitado, para demarcação de áreas indígenas. Segundo o presidente do Cimi, esses recursos são suficientes apenas para os trabalhos de identificação e delimitação das áreas, não sobrando praticamente nada para a



Luiz Antonio — 24/9/91

D. Aparecido: "Fortes pressões"

regularização fundiária e demarcação. "Não há nenhuma vontade política deste governo em promover as demarcações", observou D. Aparecido. Citou, como exemplo, o caso da reserva de Raposa Serra do Sol, em Roraima, que não terá este ano os 1,4 milhão de hectares de terras demarcados por falta de verbas e pressões dos militares.

Encontros — Preocupado com as 230 emendas propostas na revisão constitucional sobre a questão indígena, o presidente do Cimi iniciou esta semana uma série de encontros com parlamentares e militares contrários à demarcação de terras indígenas em regiões de fronteira. "Há pressões fortes sobre o relator da revisão para que os direitos dos povos indígenas sejam modificados", disse D. Aparecido. Um de seus interlocutores foi o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), almirante Mário Cesar Flores, de quem D. Aparecido ouviu que os milita-

res consideram compatível com a segurança nacional a demarcação de terras indígenas em faixa de fronteira.

"O ministro Flores falou uma dúzia de vezes que poderíamos ficar tranquilos: os militares não são contrários à demarcação na fronteira", contou D. Aparecido. Ele ficou preocupado, no entanto, com a defesa do almirante de que os militares exerçam um papel de polícia e controle das missões religiosas e dos garimpeiros que se encontram nas reservas indígenas. "Isso, para mim, ficou um pouco obscuro", assinalou.

Outra emenda à Constituição relativa ao índios, e que não é do agrado da Igreja, é a que transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade da demarcação das terras indígenas, que hoje está a cargo do Executivo. "Isso é um absurdo. É para que as demarcações nunca aconteçam", observou D. Aparecido.